




# CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 13 • ANO DE 2011



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

# CÔAVISÃO

CULTURA E CIÊNCIA

N.º 13 • ANO DE 2011

Trabalho coordenado por  
JOSÉ MANUEL COSTA RIBEIRO  
ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

**Foto da capa:**

Foz do Rio Côa de José Ribeiro

**Composição e impressão:**

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. – V. N. de Foz Côa

Depósito Legal n.º 121116/98

ISBN 978-972-8763-23-7

---

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA  
2011

# Índice

Prefácio .....	5
Introdução.....	7
Um olhar sobre o Vale do Côa .....	9
A rocha gravada de Redor do Porco. Um novo sítio com arte paleolítica de ar livre no rio Águeda (Escalhão, Figueira de Castelo Rodrigo) .....	15
Hacia la etapa de esplendor de Foz Côa .....	21
O valor de uso turístico do Património Arqueológico: arqueologia, turismo e sustentabilidade no Vale do Côa .....	25
Aspectos etnográficos da cultura tradicional da amêndoa no Douro Superior.....	35
O cortejo alegórico/etnográfico, como factor de socialização e de dinamização do tecido social.....	47
Prémio Fundação Ilídio Pinho “Ciência na Escola” Esc. Secundária Tenente Coronel Adão Carrapatoso V. N. Foz Côa em destaque ...	53
Arquivo de memória do Vale do Côa.....	57
Sentimentos – momentos vários .....	69
O princípio do fim dos comboios na nossa região .....	73
O encanto das amendoeiras em flor.....	77
Ao correr da pena – memórias e sonhos literários .....	81
Um sonho interrompido e alguns rudimentos de literatura ibérica.....	83
A tecnologia têxtil.....	85

A construção do caminho-de-ferro e a polémica acerca da localização das estações na última secção: no Côa e na Olga, ou apenas nas Pariças? .....	109
A républica vista de longe .....	119
Projecto de criação de núcleos museológicos e/ou centros de interpretação nas áreas dos concelhos de Mêda e V. N. de Foz Côa .....	127
Trabalhos arqueológicos em Castanheiro do Vento – intervenção de 2010 .....	149

# Projecto de criação de núcleos museológicos e/ou centros de interpretação nas áreas dos concelhos de Mêda e V. N. de Foz Côa

ANTÓNIO DO NASCIMENTO SÁ COIXÃO  
SANDRA NALDINHO

Após a criação de dois grandes “Museus de Território”, o “Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa” e o “Museu do Douro” (em Peso da Régua), é tempo de delinear a “malha dos Museus e Núcleos Museológicos” e, ou, Centros de Interpretação, ao longo dos territórios dos rios Douro e Côa, (neste caso em parte do Douro Superior e baixo Côa).

No território do Concelho de Vila Nova de Foz Côa, já há alguns anos que os Museus da “Quinta da Erva Moira” (da Empresa Ramos Pinto) e o Museu da Casa Grande de Freixo de Numão, são uma realidade.

“O Museu da Casa Grande (da ACDR de Freixo de Numão), inaugurado em 14 de Julho de 1996, encontra-se integrado na Rede Portuguesa de Museus. Dispondo de técnicos especializados nos domínios do inventário, tratamento, registos e restauros, o Museu tem dado todo o apoio necessário ao complemento de escavações arqueológicas que se têm realizado na área Oeste do Concelho de Vila Nova de Foz Côa e em toda a área do Concelho de Mêda.



Área do Concelho de Mêda e Aro de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)



Foto 1 e 2 – Fachada principal do Museu da Casa Grande e Pormenor do Brasão da casa



Foto 3 – Pormenores da exposição permanente do Museu da Casa Grande

Funcionando como núcleo central, a Casa Grande alberga hoje, em mostra permanente, colecções de arqueologia, etnografia e história local e regional. Há uns anos foi inaugurado o

“Núcleo da Casa do Moutinho” onde funcionam os serviços de inventário, restauros e reservas de arqueologia, bem como os serviços educativos e as exposições temporárias.



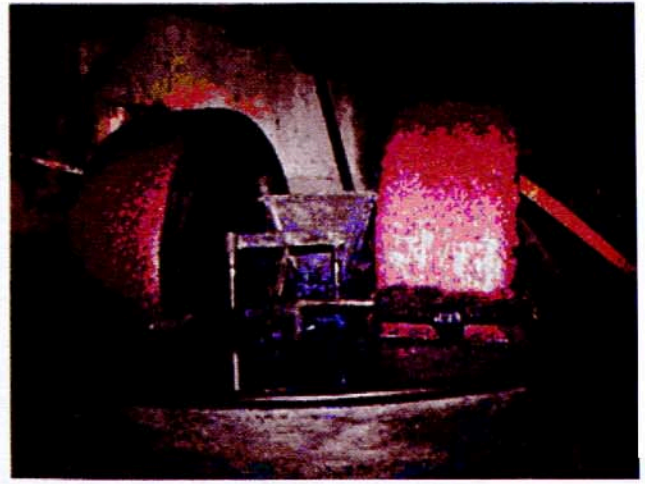
**Foto 4 e 5 – Núcleo da Casa do Moutinho e trabalhos de apoio a arqueologia**

Neste momento encontra-se em fase de projecto e de candidatura a fundos Comunitários, o “Núcleo de Etnografia e História Local”, a implantar, após obras de restauro e adaptação nos

denominados “Lagares do Ministro” (de vinho e azeite), onde se pretende implantar também um restaurante não permanente com base na cozinha regional e tradicional.



**Foto 6 – Núcleo de Etnografia e História Local**

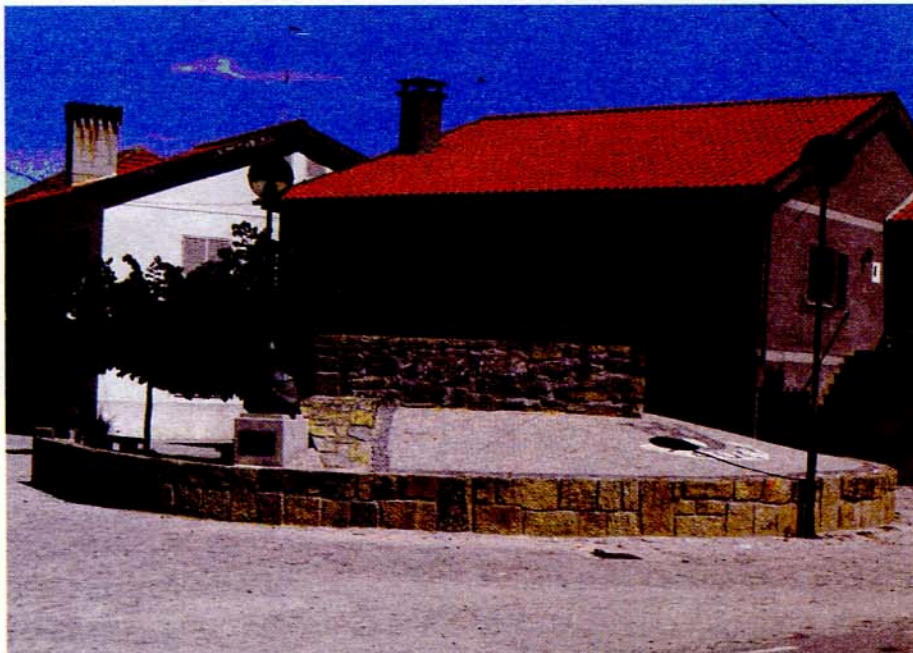


*Foto 7 e 8 – Pormenores dos interiores do Futuro Núcleo de Etnografia*

Após a entrada em funcionamento deste Núcleo, o edifício da Casa Grande apenas albergará, em mostra permanente, as colecções de Arqueologia provenientes das escavações arqueológicas dos diversos sítios pré-históricos, romanos e medievais do aro de Freixo de Numão (e outros). O 1.º andar do imóvel poderá vir a albergar, única e exclusivamente as colecções de pré-história (materiais provenientes das

escavações arqueológicas dos sítios do Prazo, Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento).

Também é intenção da ACDR de Freixo de Numão vir a criar na vizinha Freguesia de Touca (distante 2 quilómetros da vila) um Núcleo Museológico associado ao fabrico comunitário da “Telha” e “Teceragem”, numa acção conjunta com a Junta de Freguesia daquela localidade.



*Foto 9 – Núcleo Museológico de Touça*

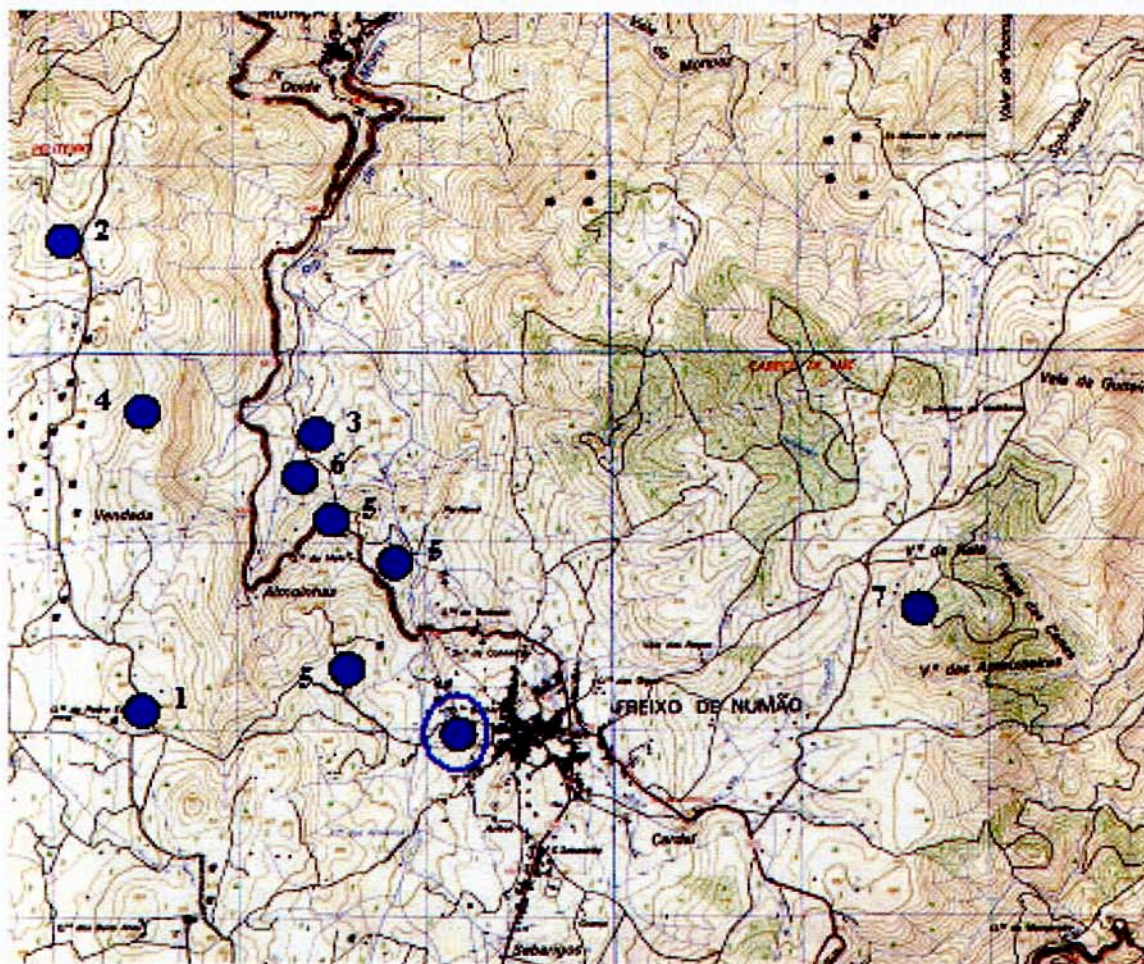
Tem o Museu da Casa Grande já criados alguns Núcleos Museológicos de Arqueologia que integram o “Circuito Arqueológico de Freixo de Numão”.

## 1. O SÍTIO PRÉ-HISTÓRICO, ROMANO E MEDIEVAL DO PRAZO

O sítio arqueológico do PRAZO localiza-se dentro do termo da freguesia de Freixo de Numão, junto de um cruzamento de vias com a denominação de PEDRA ESCRITA. Sítio lendário, onde o povo dizia ali ser o “Freixo antigo”, onde teria existido a Capela de S. João ou Santa Joana, de onde as pessoas haviam fugido, abandonando de vez o lugar, porque as “*formigas comiam as criancinhas*”!

Depois da lenda, que terá passado, através dos séculos, de pais para filhos, a confirmação através de uma arroteia (há uns cinquenta anos) para plantio de amendoeiras, num pequeno morro daqueles terrenos havendo sido destruídas sepulturas em xisto, partidas aras e fustes, lascados capitéis, o que chamou a atenção do historiador Dr. João A. Pinto Ferreira. Na sua obra (*Freixo de Numão – Apontamentos*), refere esses vestígios.

Em 1980 e 1981, duas sondagens realizadas naquele local permitiram-nos pôr a descoberto estruturas de uma provável Igreja ou Necrópole, bem como recolher significativos materiais da época Romana. Iniciámos, então, um processo de aquisição daqueles terrenos, processo esse que se tornou difícil devido ao facto de haver vários herdeiros a contactar! Só em 1995 foi possível a aquisição e o reinício da investigação.



*Núcleos Arqueológicos do Museu da Casa Grande*

Terminadas as super-campanhas de escavação arqueológica de 1995 e 1996, surpreende-nos a apetência pelo lugar desde os tempos do “homem do Paleolítico”. Ali, entre rochedos graníticos, carvalhos, *pinus*, zimbros e carrascos, nascentes de água cristalina e, provavelmente, um oásis de *fauna bravia*, povos de várias épocas assentaram arraiais para viver em comunidade.

Em Abril de 1996, escavando níveis anteriores à ocupação romana, punham-se a descoberto estruturas e materiais da ocupação Neolítica. Depois, em mais duas sondagens realizadas nos patamares superiores, foram descobertos, junto a rochedos, outros vestígios da ocupação Neolítica e ainda restos de um murete e buracos de poste, que terão correspondido a uma cabana datável do Bronze Final (cerca de 800 a.C.). Estará, esta última, associada à ocupação da Idade do Bronze detectada no monte contíguo (alto de Santa Eufemia). Também um rochedo localizado nas proximidades, denominado Pedra Escrita, contém gravado um crâneo, um antropomorfo e o símbolo solar, podendo a sua gravação ter sido lugar durante este período (Bronze).

Uma “estela antropomórfica”, de grandes dimensões, foi recolhida no sítio do Prazo, poden-

do o seu aproveitamento reportar-se ao Neolítico, assim como um imponente Menir.

Escavações arqueológicas levadas a efeito pelo arqueólogo Dr. Sérgio Rodrigues, têm permitido o estudo do Neolítico Antigo do local e, provavelmente, de outros períodos de ocupação anterior. De registar o achado de um “biface acheulense”, que remontará ao período Paleolítico! Datações de carvões permitiram já comprovar a ocupação no Mesolítico.

Bem documentada começa a estar a ocupação Romana do lugar. Uma Villa ali terá sido construída nos séculos I/II d.C., sendo a estrutura mais bem conservada (desta primeira ocupação) a provável “zona termal. Materiais diversos (cerâmicas, vidros, numismas e outros) e inscrição dedicada a Júpiter, são alguns dos vestígios desta ocupação.

Depois, uma segunda ocupação entre os anos 250 a 275 d.C. Os espaços de características palacianas (caso da zona termal) vão sendo substituídos e ampliados, apresentando sinais de uma ocupação mais ruralizada. Ainda durante esta curta ocupação, é aproveitado o patamar superior para ali se instalar a “pars frutuária” da villa. Escavações arqueológicas no local, nos

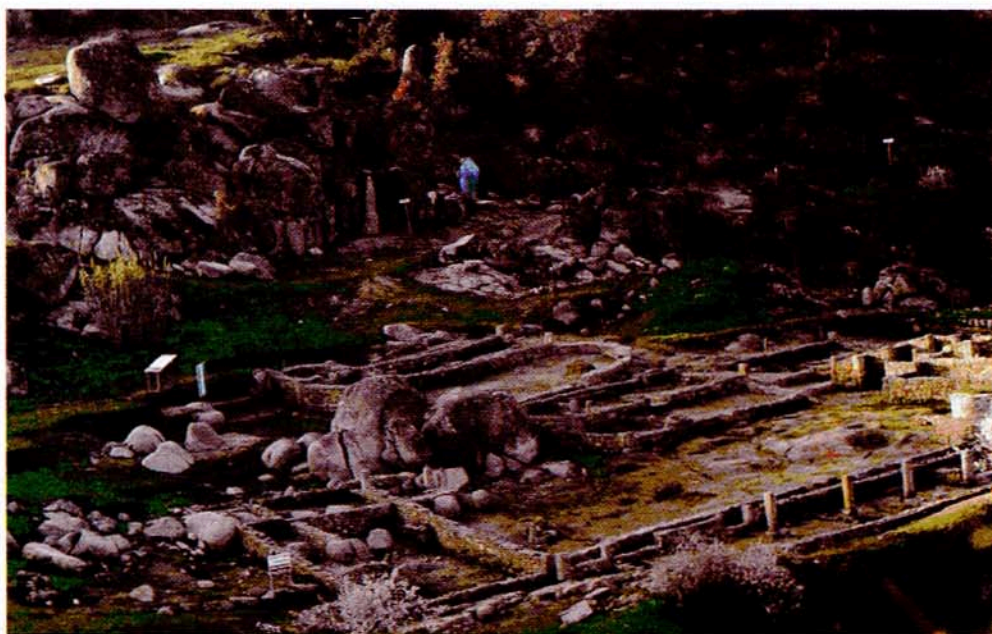


Foto 10 – Vista panorâmica do Prazo

anos de 1997 e 1998, permitiram a detecção de uma área ligada ao armazenamento e moagem de cereais, bem como de uma cozinha, um forno e uma lareira.

Sujeita a saque e incêndio durante o último quartel do século III d.C., foi a Villa abandonada para ser reocupada nos inícios do século IV d.C..

Duas pequenas sepulturas (geminadas) construídas com pedra e aproveitando diaclases da rocha, continham 2 moedas de Constantino (séc. IV d.C.). Foi exumada uma grande quantidade de cerâmica, numismas e outros materiais desta 3ª ocupação romana do lugar.

No século V d.C. (em pleno período Paleocristão), terão edificado um Templo, aproveitando parte da estrutura da “casa senhorial”. Os construtores terão utilizado, no adorno e suporte das naves, materiais romanos (bases, fustes e capiteis). Um fundo de cerâmica cinzenta tardo-romana exumado, continha gravado o “Crismon”.

O templo terá sido (por volta do século X) ampliado para Este e construídas duas alas laterais (a norte e a sul). O abandono definitivo deve ter-se verificado no último quartel do século XIII.

Um conjunto de 22 sepulturas (de diferentes épocas) foi posto a descoberto, tendo as ossadas sido estudadas pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra e publicadas na obra de A. N. Sá Coixão “RITUAIS E CULTOS DA MORTE NA REGIÃO DE ENTRE DOURO E CÔA”. De registar que as sepulturas 9 e 10 resultaram de um reaproveitamento de dois tanques romanos (prováveis fornos de cozedura de tégula). Um dos ossos da sepultura 9, datado por C14, leva-nos até ao século V d. C.

Nos terrenos a norte do PRAZO, já adquiridos para salvaguarda de vestígios arqueológicos, foram realizadas escavações e registada uma ocupação Alto-Medieval, com cerâmicas comuns lisas ou decoradas, características daquela época. Nesses terrenos poderemos vir a registar a existência da aldeia que serviu de suporte à manutenção do Templo Cristão até ao século XIII d. C.

No átrio interior da “Villa Romana”, foram descobertos dois fornos de fundição de metal. Neste espaço, no solo de base, buracos de poste e fossas (em forma de pégada) poderão estar

relacionados com a ocupação Neolítica ou outra ocupação anterior? (materiais do Paleolítico foram ali exumados).

Uma ocupação dos séculos XIV/XV, com vestígios ténues de estrutura na zona do Templo (em sobreposição a este), com uma utilidade que nada tem a ver com o culto, foi igualmente registada. Durante esta ocupação surge a reutilização de um sarcófago (sepultura 8) como provável manjedoura!

Na zona E registou-se um forno de secar figos (pouco mais que secular), que estará relacionado com as casas reaproveitadas para Centro de Interpretação.

Estamos, pois, perante o sítio arqueológico mais importante do denomina do Complexo Arqueológico de Freixo de Numão, importância essa que lhe advém da multiplicidade de ocupações e ainda do enorme interesse científico que potencia.

Aqui, mais do que uma vez, gentes teimaram e ficaram, formaram comunidade, cultivaram as terras do vale, cabendo, a cada morador, fogo ou vizinho uma **Almoinha** de terra.

Tocavam os sinos da Igreja para reunir e discutir assuntos de interesse para todos os vizinhos. Gentes que ali deixaram a carne e os ossos viveram num aprazível local que teve um nome, hoje apagado porque não restou memória dele.

## 2. A VILLA RÚSTICA OU O COMPLEXO INDUSTRIAL ROMANO DO RUMANSIL I (MURÇA DO DOURO)

Esta *villa rústica* (ou complexo industrial) do Baixo-império apresenta-nos dois edifícios que se ligariam entre si por um longo alpendre. Num dos edifícios (o mais pequeno) registámos restos de um forno onde se teria fundido *chumbo* e outros metais; uma zona de cozinha; dois quartos (?) e uma zona ampla de serviços. Num outro, de maiores dimensões, zona de celeiros e moagem, provável cavalariça, lagar de vinho, armazém de vinhos (em *dolia*), oficina de canteiro e oficina de metalurgia. Para sul desde edifício, dois *fornos* de cozer cerâmica, um de maiores e outro de menores dimensões, tendo-se exuma-

do, no *forno mais pequeno* alguns pesos de tear (*pondus*) em barro ainda não cozidos (!). Junto ao forno maior, dezenas de fragmentos de *dolia*, levam-nos a colocar a hipótese de ali terem sido fabricados e cozidos muitos daqueles grandes vasos que temos recolhido nas diversas escavações realizadas nesta área. A marca de oleiro que já nos surgiu em três exemplares (L.F) pode muito bem corresponder a esta estrutura *oleira* do RUMANSIL I. A marca de oficina numa das *tégulas* recolhidas neste sítio arqueológico (“RECLAS OFICINA”) poderá ser oriunda de um outro local que não este (?!).

De notar que a Villa (ou complexo industrial) está devidamente murada (acastelada?) o que poderá indiciar um certo objectivo defensivo, mais pela prevenção de investidas de animais selvagens do que de pessoas.

No compartimento que referenciámos como *oficina de canteiro*, exumámos uma lagareta em xisto (inacabada?) e um berrão em granito (também inacabado?). Esta actividade parece estar também documentada num dos rochedos que se encontram no exterior sul dos fornos, apresentando o mesmo a configuração (esculpida) de uma ave (águia, pomba?).



Foto 11 – Edifício mais pequeno onde se encontra vestígios de forno de metais



Foto 12 e 13 – Zona dos lagares e Forno de cerâmica

Materiais de chumbo e ferro exumados denotam perfeitamente o fabrico local. Grande quantidade de numismas da 2ª metade do século III d.C. foi recolhida nas campanhas de 1994 e 1995.

Alguns fragmentos cerâmicos de características medievais haviam sido exumados, em duas áreas exteriores às estruturas, associados a restos de fogueiras. Duas amostras de carvões desses locais vieram datar-nos essas mesmas cerâmicas do século XI (data calibrada de 1020 Cal AD) e ainda do século XIII (data calibrada de 1282 Cal AD). Corresponderão, não a uma fixação efectiva (por ausência de material de construção e material de cobertura, e ainda de qualquer contexto arqueológico), mas sim temporária, do tipo *cabana*, talvez associada a pastorícia ou caça.

A cerca de 200 metros deste local, um outro com imensos vestígios de *tégula*, *dolia*, imbrex e ainda estruturas (muros) visíveis, pronunciam a existência de mais uma estrutura do Baixo-imperio. Pensamos, até, não estar este local (RUMANSIL I) e o RUMANSIL II dissociados, mas sim como fazendo parte da mesma *Villa* rústica. Se, ao invés, se tratar de um complexo industrial romano, o sítio do RUMANSIL II seria apenas uma área habitacional, onde o senhor e os artífices e artesãos tinham os seus aposentos.

Talvez nunca o saibamos. Infelizmente, há cerca de três anos, o proprietário procedeu ali a uma arroteia para plantio de vinha. Todos os vestígios foram praticamente revolvidos e destruídos!

As mais recentes escavações no RUMANSIL I permitiram-nos recolher milhares e milhares de fragmentos de cerâmicos fabricados no local, essencialmente imitações de cerâmicas finas e cinzentas.

Através do sistema de flutuação de terras, foi possível recolher grainhas de uva carbonizadas e ainda amostras de urze utilizada no aquecimento dos fornos. Encontra-se também já elaborado um estudo da fauna ali exumada até ao ano de 2003 (levado a efeito pela Dr<sup>a</sup>. Cláudia Costa).

## 5. A VILLA RÚSTICA ROMANA DO ZIMBRO II

O sítio arqueológico do Zimbro II localiza-se no importante vale vinícola dos Escorna Bois, a cerca de 100 metros da via romana.

Os vestígios arqueológicos foram bastante destruídos, provavelmente em meados do século passado, tendo o material de construção (pedras e

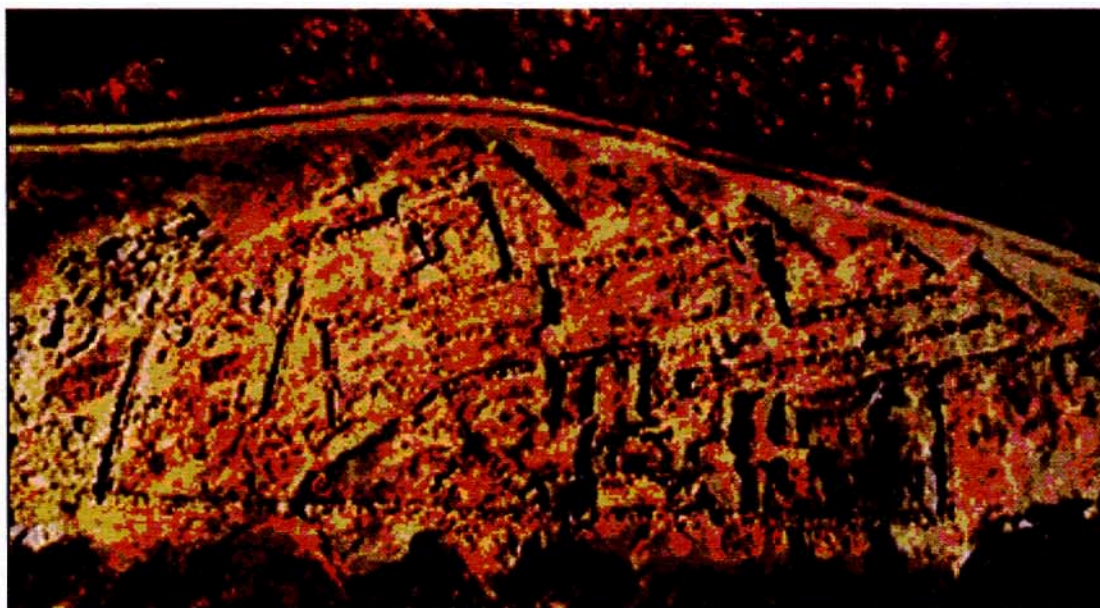


Foto 14 – Vista aérea do sítio do Zimbro

blocos graníticos) sido reutilizado para os muros dos socalcos da vinha que ali foi então plantada.

O estudo da estação tem-se tornado complexo, atendendo ao grau de destruição e remeximento, o que tem impossibilitado o estudo a partir das análises da estratigrafia. A primeira ocupação, dos séculos I/II d.C., apenas poderá ser parcialmente adivinhada nos negativos que restaram dos caboucos implantados sobre a rocha de base (saibrosa). Análise de Carbono 14 em duas amostras de carvões deram-nos as seguintes datas, para esta primeira ocupação: a amostra 2/91, de uma lareira, a data calibrada de 2 cal BC e a amostra 3/91, de um sub-estrato junto à rocha de base, a data calibrada de 76 cal AD. Assim, se para uma primeira ocupação dispomos de datações de Carbono 14, para a segunda ocupação alguns (significativos) vestígios cerâmicos e numismas levam-nos até aos séculos III/IV d.C., podendo prolongar-se, a ocupação, pelos séculos V/VI (!).

Julgamos, pois, estar perante a *pars rústica* da zona do Zimbro, já que, a cerca de 100 metros, vestígios (em zona de vinha) pronunciam uma provável *pars urbana* (?).

Não tem sido fácil a interpretação da utilização de alguns dos compartimentos da estação. Bem definidas estão as zonas da Cozinha, Forja e Moagem. Complexa é a definição da utilidade de quatro tanques forrados a *opus signinum*, sem qualquer escoamento para líquidos (!). Se o tanque associado à estrutura C (área de forja e ferragem) poderá muito bem ter servido para armazenamento de carvão ou de escórias, os dois tanques do compartimento B têm sido um autêntico quebra-cabeças. Duas conchas de molusco (amêijoa do rio) recolhidas no interior de um destes dois tanques, levaram-nos a colocar uma hipótese inicial de ali ter existido uma micro-indústria de conserva de peixe de água doce. De notar que até à retenção das águas do Douro pelas barragens, se pescava nas suas entranhas o solho ou esturjão. Este peixe (que chegava a deitar 80 a 90 quilos e mais), as suas ovas e as amêijoas do rio poderiam dar um *garum* especial, que alguém transportaria em *dolia* para outros centros consumidores!

O tanque localizado no compartimento G, junto a uma provável tulha (estrutura f), deveria ter uma qualquer função de armazenagem!

Alguns pesos de tear em barro (e também em xisto) foram recolhidos, mas não foi possível contextualizá-los, especialmente, pelo que se torna difícil definir esta actividade no conjunto dos compartimentos da estação.

Entre os materiais exumados a saliência vai para um dolium no compartimento da Cozinha, tendo, no bojo, gravada a provável marca de oleiro: LON.(ibus) F.(ilius). (encontra-se exposto, juntamente com uma lagareta em xisto, numa das salas do Museu da Casa Grande).

#### 4. A VILLA RÚSTICA ROMANA DA COLODREIRA/ESCORNA BOIS

Desde sempre as vias de comunicação (acessibilidades) foram uma das principais condicionantes à fixação dos povos, ao desenvolvimento do comércio, ao ordenamento urbano e agrícola... Hoje, como ontem, é frequente ouvir reivindicações dos habitantes desta ou daquela aldeia, exigindo a ligação por estrada ou o arranjo de caminhos, de modo a permitir (sobretudo) a diminuição de distâncias.

No ponto 2 deste trabalho, ao debruçar-nos sobre o sítio arqueológico do RUMANSIL I, colocamos (temporalmente) a via romana (secundária) que ia da Pedra Escrita à Senhora da Esperança, como tendo sido construída no Baixo-império. Mais citava-se que com a abertura desta via era inevitável o aparecimento de *Villas e Casais* no planalto da Vendada e Rumansil.

No âmbito das pesquisas, prospecções e batidas de campo para a elaboração da *Carta Arqueológica do concelho de Foz Côa*, percorremos a zona que se situa entre a citada Vendada e os Escorna Bois. Seguindo um estreito caminho, fomos detectando ao longo do mesmo (via terciária) alguns vestígios da romanização. No final, verificámos que, provavelmente ainda no século III d.C., uma ligação foi aberta (apenas para bestas e pé posto) ligando a via secundária (partindo da Vendada) à via principal no sítio dos Escorna Bois.

Entre outros sítios, conseguimos referenciar, em zona de mato fechado (graças a informações do Senhor António Cândido Ferreira) dois tanques abertos na rocha, um de forma rectangular e outro de forma circular. Solicitada a devida autorização aos proprietários e IPPAR, decorreram, nos anos de 1995 e 1996, duas campanhas de escavação e desmatção do lugar. Na *Carta Arqueológica de Vila Nova de Foz Côa*, referenciámos o sítio como “simple Casal”. No entanto, após a campanha de 1996, em que detectámos, além dos tanques, vestígios de forja, fragmentos de *sigilata* e restos de *tégula* e outro material cerâmico romano numa área mais vasta, julgamos estar perante mais uma *Villa rústica* do tempo das Imperadores. No entanto, pelos numismas e pelas características das cerâmicas (*sigilatas* e cinzentas) a ocupação deste lugar deve ter-se iniciado nos finais do século III d.C. e prolongado pelo IV/V ou mesmo VI (!) d.C.



ne). De realçar um *abrigo de pastor*, com aproveitamento de um rochedo e edificação de um muro lateral (em pedra), onde foram recolhidos fragmentos de *tégula*, *dolium* e tijolo. Um abrigo desde o tempo dos *homens dos sestércios* (?!).

Um pouco mais abaixo, igualmente junto à E.N. 324 (tal como o sítio da COLODREIRA/ESCORNA BOIS) uma verdadeira obra de arte (da natureza e do homem), a que nos propusemos chamar FORNO/ANTA (ou antela), em que a maravilha se associa à rudez e ruralidade da paisagem, do sítio e da região. De realçar que além do elevado interesse arqueológico desta área, existe já um parecer favorável do ICN (Instituto de Conservação da Natureza) propondo-se a classificação da mancha dos Escorna Bois, Colodreira, Painova e Vale Ferreiro como “área protegida de interesse regional e local” atendendo às suas 76 espécies de flora (onde se incluem algumas em vias de extinção). Mais um prémio

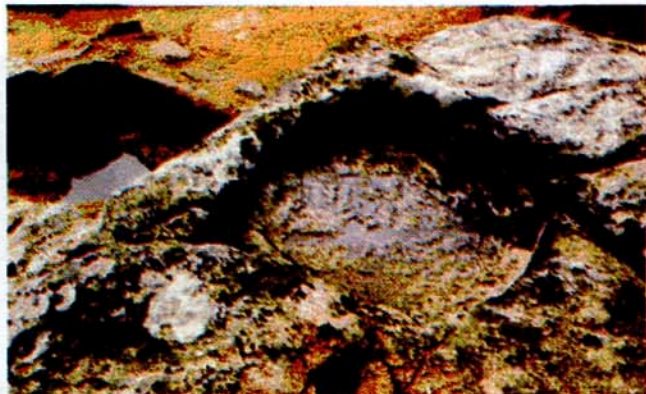


Foto 15 e 16 – Pormenor da escavação do sítio arqueológico da Colodreira/Escorna Bois e Zona dos tanques

A área encontra-se coberta de mato denso, com predominância do Zimbro e giestas. Pelas escavações realizadas concluiu-se que, provavelmente no século passado, o sítio foi revolvido para plantio de vinha. Devido ao declive do terreno, houve necessidade de construir socalcos e muros, reutilizando-se o material arqueológico (pedras de granito).

A zona envolvente é paradisíaca, com um misto de rochedos e vegetação natural (autócto-

para os amantes da natureza, do património, do ambiente e da inconfundível paisagem alcançada do Alto Douro.

## 5. A VIA ROMANA E PROVÁVEL MUTATIO NOS SÍTIOS DAS REGADAS E ATALHO

Estamos perante um troço de calçada de uma importante via romana que ligaria, na época, as duas margens do Douro, no sítio do Torrão. Esta

via, principal, com cerca de 4 metros de largura, entra no termo de Freixo de Numão na margem direita da ribeira Teja, na zona da Zaralhoa. Segue depois por toda a zona da Lameira, cruza com uma outra via (secundária e do Baixo Império) no lugar da Pedra Escrita (junto ao PRAZO, onde se procedem actualmente a importantes campanhas de escavação, pondo-se a descoberto vestígios da Romanização mas também de períodos anteriores e posteriores a esta). Depois, segue para a Portela, Tanque do Sapo, lugar do Cruzeiro e vira para o Redoído, atravessando as REGADAS a caminho dos ESCORNA BOIS. Daqui à Senhora da Esperança, onde cruza com a via secundária do RUMANSIL, seguindo depois para Murça e daqui para o Douro no lugar do Torrão. Na outra margem do Douro segue para Carrazeda de Ansiães e daí, por “Trás-os-Montes a fora” até *Aquae Flaviae* (!)

Voltando ainda ao traçado da via, de registar duas derivações não menos importantes: uma

no lugar (citado) do Cruzeiro para uma provável *civitas* (onde hoje se localiza Freixo de Numão) – Meidóbriga? – e outra a partir de Murça para Mós, Fontainhas e Quinta do Saião (no Douro).

Importante foi o facto de, durante a desmatção e limpeza do troço de calçada em questão, se ter posto a descoberto o que teria sido uma *ferraria* e vestígios de uma provável *Mutatio*.

Para além da actividade de ferreiro, encontramos um peso de tear em barro e uma lagareta de vinho, o que pode atestar, ali, a presença de uma estrutura com uma multiplicidade de funções e utilidades (!). Restos de três tanques, dois quadrangulares e um circular (para conterem palhas, gramíneas, farinhas...) podem querer indicar-nos um descanso de animais de carga ou trela.

Escavações recentes no local, permitiram a descoberta do traçado da primitiva via (junto à *Mutatio*, na direcção norte) e a conclusão de que nos séculos III ou IV d. C. houve uma alteração ligeira no traçado da via até à linha de água (ribeiro).

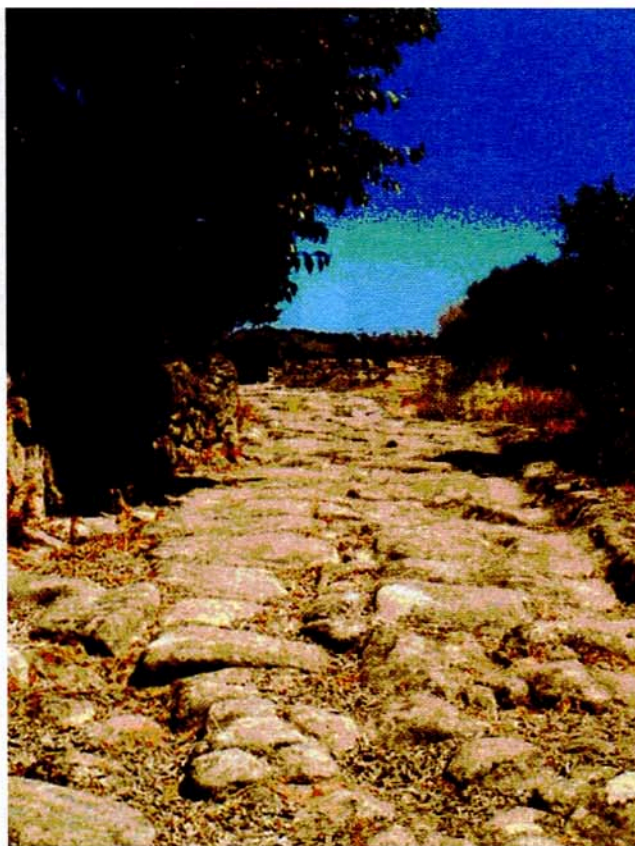


Foto 17 – Troço da calçada romana



Foto 18 e 19 – Vestígios de uma provável *Mutatio* e da zona de uma ferraria

Já perto da linha de água (ribeiro) encontra-se uma “lagareta” cavada na rocha granítica. Serviria a mesma para ali masgar as uvas, escorrendo depois o “mosto” para dolia (talhas de barro) que eram colocadas na rebaixa (natural?) da citada rocha.

Na travessia do ribeiro, apenas vestígios de uma pequena ponte (para o povo vulgo *pontão*), em arco de volta perfeita, que depois de prováveis ruína e arrastamento por alguma grande cheia, foi reparada com a colocação de duas grandes lajes de xisto (do poio de Foz Côa) assentes nos anteriores apoios do arco. Vestígios ainda de ferragens e encaixes nas duas entradas da citada ponte, levaram-nos a concluir ali ter existido, há muitos séculos, duas portas que teriam a função de controlar as passagens de carroças, pessoas e animais, certamente a troco da entrega de uns tantos bolhões, ceitis, vinténs ou reais! (vulgo portagem).

Mais recentemente, graças a um projecto da Medida 1.4 da Operação Norte, foi possível pôr a descoberto algumas centenas de metros de calçada romana, no espaço entre o lugar do Cruzeiro e a estrada nacional 324, a que o povo chama o “Caminho do Atalho”. São imponentes os sulcos cavados nas rochas, ao longo de quase 2 milénios, pelas rodas dos carros puxados a bois e cavalos.

Ao longo deste traçado pode apreciar a “Eira do Castelhão” e o lagar romano no sítio das Amoreirinhas.

Os dois troços da via romana (interrompida apenas pela Estrada Nacional 324) encontram-se

devidamente sinalizados e o trânsito foi cortado a veículos de qualquer espécie.

## 6. O MOINHO DE CUBO DAS REGADAS

O “MOINHO DE CUBO das REGADAS” é de roda horizontal. Como acontece na maioria destes moinhos, o edifício tem duas fachadas com dois níveis diferentes. O nível mais alto corresponde ao lado por onde entra a água e o mais baixo aquele por onde sai. No piso superior situa-se a moenda e no inferior o aparelho motor. O edifício é de pedra granítica extraída no local. No interior, num dos blocos de pedra (junto à porta) foi gravada a data de 1715. Corresponderá à data da construção ou de uma qualquer remodelação? Talvez nunca o venhamos a saber! A planta é rectangular e o telhado de uma só água. Este moinho terá sido, provavelmente, de exploração familiar, ou talvez, de “consortes”, visto dispor de uma só moenda. O reservatório da água que alimentava o moinho tomava a forma de açude, no próprio ribeiro, construído com pedras e terra. A água corria depois por uma “levada” (canal) em blocos de granito talhados em forma de U, não sendo grande o declive entre o citado açude e a entrada do moinho (CUBO). Na levada, aí uns dez metros antes do Cubo, no local onde a citada levada faz uma curvatura de quase 90 graus, encontramos o que seriam os encaixes (na pedra) de duas comportas, que serviriam para regularizar o volume da água.

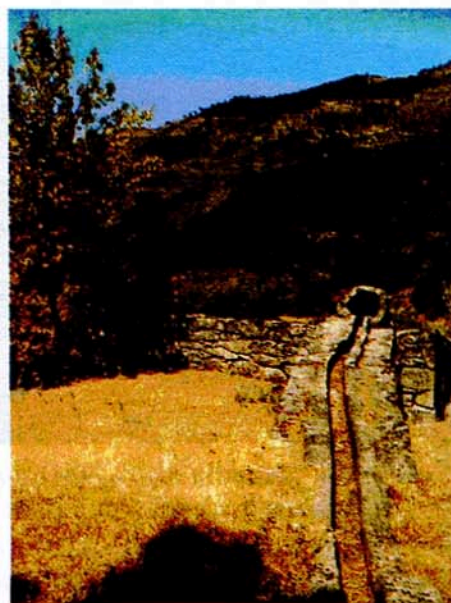


Foto 20 e 21 – Interior do moinho e “levada” em granito

O “CUBO” é de pedra, composto por anéis de secção circular. Os dois últimos anéis terão a forma de um funil alongado, a estreitar no sentido da saída da água. Este “cubo” encontra-se muito inclinado, talvez com o objectivo de daí advir mais força motriz! No fundo teria uma pega horizontal onde estaria a seteira de saída da água contra o rodízio. Este seria de madeira ou de metal, podendo ter-se registado uma composição mista: segureia em metal; agulha em madeira e o rodesmo em chapa de metal. Pelas características do edifício, ele não deve ter servido, em tempo algum, de habitação ao moleiro (não querendo com isto dizer que não tivesse ali batido umas “sonecas” depois de uma boa almoçarada!). O Moinho é de Herdeiros do Dr. João Pinto da Costa Leite Lumbralles, que têm autorizado os trabalhos de limpeza, restauro e conservação do edifício e conduta.

O rodízio foi implantado num abrigo natural formado por rochas graníticas. Poderá ter tido ocupação pré-histórica já que no local foram recolhidos um percutor em seixo rolado, um fragmento de cerâmica e ainda materiais em quartzo. Localiza-se perto do complexo de abrigos pré-históricos da Painova.

Não deixou este local de entrar no “rol das lendas locais”. Conta-se que encontrando-se o moleiro a assar umas sardinhas lhe apareceu um homem com pé de cabra, que lhe pediu para assar umas lagartixas! Quando descobriu que era o “diabo” o moleiro engendrou uma história para se “escapar”... (vid. a lenda no livro “Do Imaginário ao real no Freixo de Antanho”...)

No lado este, na margem direita do ribeiro, pode ver-se um belo exemplar de “Pombal” (como muitos que proliferam na área), locais onde os proprietários criavam pombas que lhes davam a carne para comer e o estrume para adubar as terras.

## 7. O MONUMENTO PRÉ-HISTÓRICO DE CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO<sup>1</sup>

I – Hoje em dia não se atribui ao sítio de Castelo Velho uma função exclusivamente defensiva. Não se colocando de lado a possibilidade deste local ter servido, em determinados períodos da sua história, para proteger pessoas

<sup>1</sup> Escrito pela Doutora Susana Oliveira Jorge

e bens, insiste-se na “monumentalização” do lugar: ou seja, na marcação simbólica deste sítio na paisagem. Assim, identificam-se três fases de “monumentalização”: duas durante o Calcolítico, e uma terceira durante a Idade do Bronze, sendo a segunda a mais importante de todas. Durante essa segunda fase de monumentalização, também terão sido criadas no recinto superior “áreas semi-especializadas” de âmbito produtivo. Contudo, tais áreas não são agora analisadas de um ponto de vista estritamente funcional. Admite-se que elas possam ter estado envolvidas em cenários de tipo ritual. Sugere-se assim, pela primeira vez, que as chamadas “áreas funcionais” do interior do recinto, mais do que relacionadas com actividades produtivas reais, possam ter correspondido à sua representação simbólica. Tal hipótese cruza-se com a aceitação de que todo o espaço doméstico é palco de actividades de múltipla significação. Por outro lado, sugere-se uma correlação entre o processo de monumentalização calcolítica e a necessidade social de proteger/visibilizar produtos e actividades de subsistência. Contudo, a aceitar-se esta correlação, como interpretar a monumentalização de Castelo Velho durante a Idade do Bronze? Para quê manter uma arquitectura monumental na aparente ausência de produtos ou áreas de actividade que seriam a causa da sua existência?

A maior novidade desta interpretação global diz respeito a três aspectos inter-relacionados: - a aceitação do carácter polissémico dos locais habitados, negando-se a dicotomia tradicional entre povoados, sepulcros e santuários, enquanto locais com funções específicas e estanques; - a admissão de que, em certos contextos económicos e sociais, alguns locais habitados adquiriram uma específica visibilidade arquitectónica em relação com a topografia natural: ou seja, certos povoados transformaram-se em “lugares monumentalizados”. Assim, a monumentalização do lado sul de Castelo Velho não precisa de ser justificada por uma qualquer estratégia defensiva; - a hipótese de que o processo calcolítico de monumentalização não terá apenas atingido povoados, mas toda a outra gama de sítios, num quadro geral de territorialização: ou seja, de um fenómeno que envolve intensificação, hierarquização, apropriação espacial, construção de novas identidades.

Esta interpretação abre perspectivas, mas também cria, de momento, um impasse: a classificação de Castelo Velho como um espaço habitado que se transformou em “lugar monumentalizado” diz-nos o que o sítio não é. Não é fundamentalmente um sítio relacionado com a defesa. Mas sob aquela designação geral ocultam-se muitas funções possíveis, em cada uma



Foto 22 – Vista panorâmica do sítio arqueológico de Castelo Velho

das fases de uso e, conseqüentemente, uma infinidade de finalidades ao longo de todo o tempo de utilização do sítio. Para as captar é preciso passar de uma explicação de escala muito ampla, para outra de escala intermédia: é preciso criar novos “dados” com um novo olhar.

II – Actualmente, o sítio de Castelo Velho surge num remate de esporão, absolutamente isolado na paisagem. No entanto, durante a época pré-histórica, este “monumento” tanto poderia corresponder a uma “área nobre”, espacialmente autonomizada, mas relativamente próxima duma área habitacional contígua, como a um lugar isolado, distanciado de qualquer local habitado.

Em qualquer circunstância, emerge uma pergunta central: o que ocorria no interior e à volta deste “monumento”? Qual a sua função social? A explicação de grande escala – trata-se de um “lugar monumentalizado” no quadro dum processo de “territorialização” regional – não responde àquela interrogação.

A recente descoberta duma estrutura ritual com ossos humanos, a par da exumação de outras estruturas e áreas associadas a fauna carbonizada, parece vir contribuir para abrir um novo campo de investigação: o estudo de sítios do Calcolítico e da Idade do Bronze peninsular com funções socialmente específicas, sítios

que, não sendo objectivamente “sepulcrais” ou “habitacionais” (segundo a dicotomia tradicional) partilham com os primeiros o processo de “manipulação social” dos mortos, e com os segundos, a representação simbólica de esferas de actividade ligadas à subsistência. Contudo, o que, numa primeira abordagem, parece caracterizar estes sítios, é a formalização de espaços autónomos, bem destacados na paisagem, onde se operam “actividades transformadoras” de natureza marcadamente social.

## 8. SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE CASTANHEIRO DO VENTO

### II – Núcleos museológicos na área do concelho de Mêda

No concelho de Mêda têm-se vindo a desenvolver, desde o ano de 2003, diversos trabalhos de investigação em sítios arqueológicos de elevado e reconhecido interesse: área da **CIVITAS ARAVORUM** (Vila de Marialva e seu termo); **VALE DO MOURO** (em Coriscada) que corresponderá a um provável VICUS (aldeia ou aglomerado populacional), com os seus mosaicos policromos, tesouros monetários, termas e zonas



Foto 23 – Pormenor da escavação do sítio monumental de Castanheiro do Vento

especializadas de moagem, tecelagem, fundição, olaria vinificação, entre outras; **CASTRO DE S. JURGE** (em Ranhados) sítio com vestígios pré-históricos (essencialmente arte rupestre) proto-históricos e romanos.

Há alguns anos, foi inventariada a Estela da Idade do Bronze, conhecida por “Estela de Longroiva”; do Castro de S. Jurge foram levados para Amarante materiais de reconhecido interesse, salientando-se um “berrão” em granito, material esse que se pretende recuperar.

Espalhados um pouco por todo o concelho materiais arqueológicos de diversas épocas, salientando-se um conjunto de “aras votivas” do período Romano.

Com o intuito de valorizar todo este rico património arqueológico, fomentando as visitas turísticas ao concelho mas essencialmente à sua sede, pretende a Câmara Municipal de Mêda criar um Museu Municipal de Arqueologia, implantando-o em imóvel localizado junto à avenida principal.

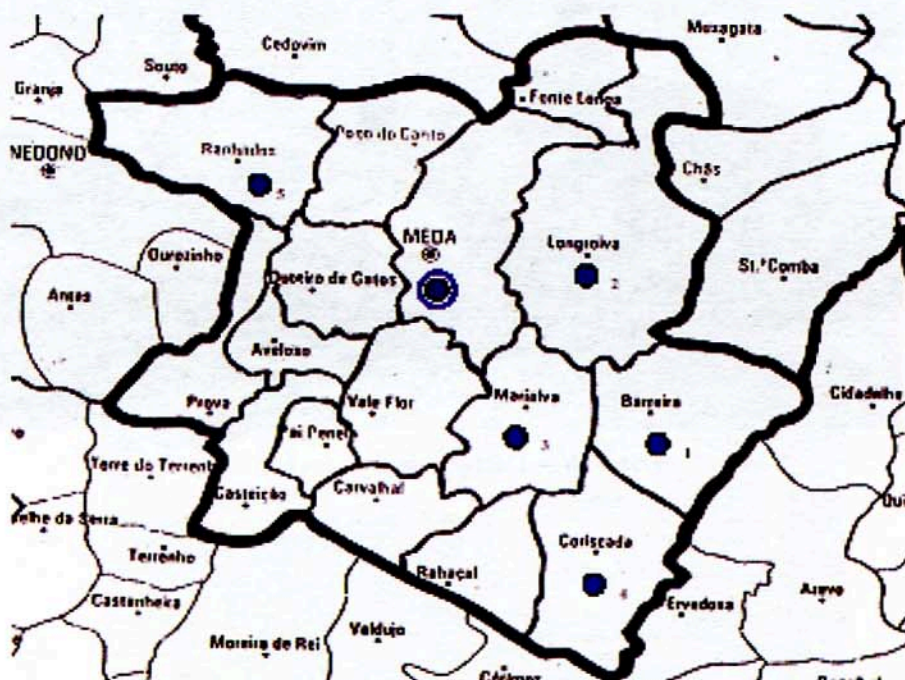
Nesse imóvel (Museu) ficarão patentes todos os materiais relevantes espalhados (agora) um pouco por todo o concelho. A diversidade dos materiais leva a rotulá-los de únicos e vêm

complementar os já expostos no Museu do Côa e Museu da Casa Grande de Freixo de Numão.

Na cave da Biblioteca Municipal, de grandes dimensões e com boas condições de armazenamento, irão ficar localizadas as denominadas “Reservas do Museu”. Já, no momento, estão a ser ali armazenados materiais oriundos de diversas escavações arqueológicas do concelho, depois de devidamente tratados e inventariados pelos serviços técnicos do Museu da Casa Grande de Freixo de Numão.

Depois de instalado o Museu Municipal, pretende-se passar a uma segunda fase, com a criação, nalgumas freguesias, de Núcleos Museológicos ou Centros de Interpretação:

- Núcleo Etnográfico da Barreira, associado à Olaria;
- Núcleo da História dos Templários, em Longroiva;
- Núcleo Museológico em Marialva, como “Memória da Civitas Aravorum”;
- Núcleo Museológico da Coriscada, dedicado à Arqueologia, Etnografia e Arte Sacra;
- Centro de Interpretação do Castro de S. Jurge (Ranhados) na zona do Castro.



*Núcleos Museológicos no Concelho de Mêda*

## 1. NÚCLEO ETNOGRÁFICO DA BARREIRA – AS MEMÓRIAS ASSOCIADAS A OLARIA



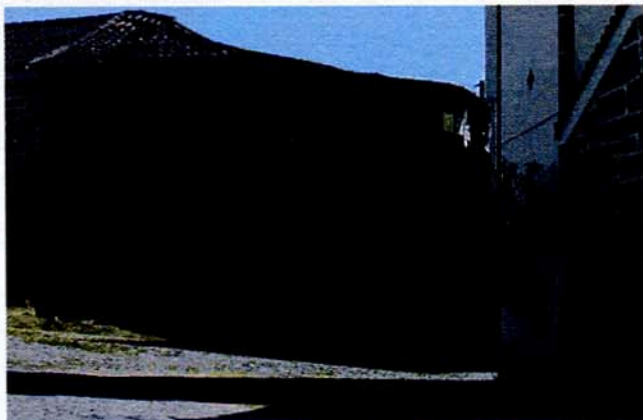
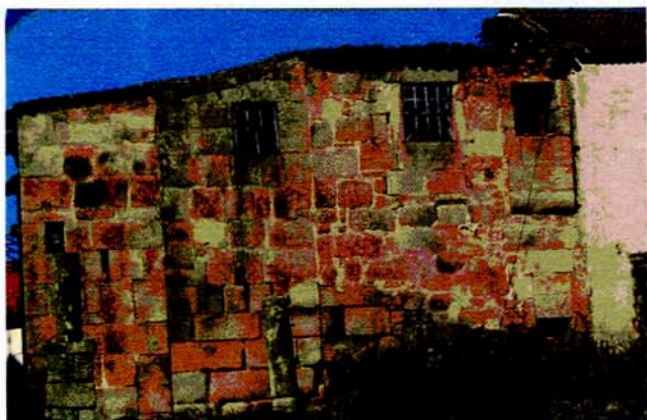
Fotos 24 e 25 – Pormenores de Fornos de Olaria

## 2. NÚCLEO DA HISTÓRIA DOS TEMPLÁRIOS (LONGROIVA)

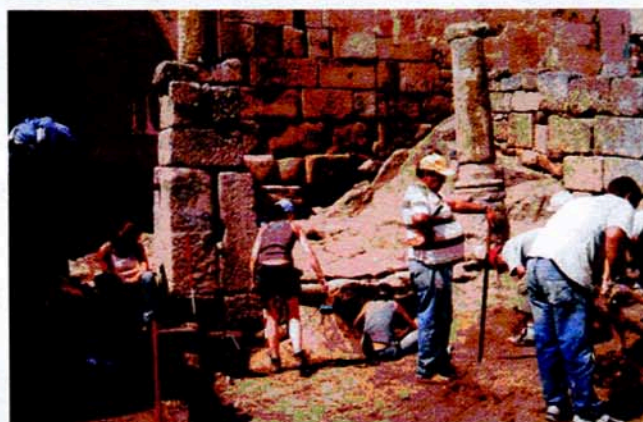


Foto 26 – Castelo de Longroiva

### 3. NÚCLEO MUSEOLÓGICO EM MARIALVA - AS MEMÓRIAS ASSOCIADAS A CIVITAS ARAVORUM



Fotos 27 e 28 – Fachadas da “Casa do Templo”



Fotos 29 e 30 – Pormenor da parte exterior da casa e pormenor da escavação

### 4. NÚCLEO MUSEOLÓGICO EM CORISCADA



Foto 31 – Prováveis imóveis onde se irá implantar o núcleo museológico de Coriscada



Foto 32 e 33 – Painel de mosaico com a representação de Bacco e Pormenor do tesouro monetário in situ

## 5. NÚCLEO MUSEOLÓGICO EM RANHADOS

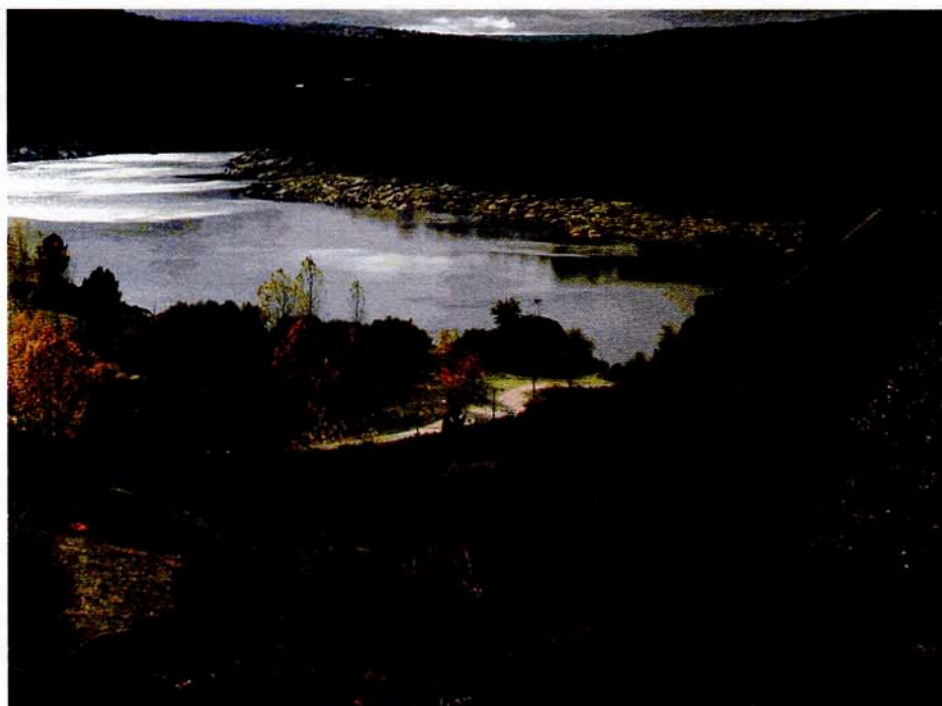


Foto 34 – Vista do sítio arqueológico de S. Jurge e do rio Torto

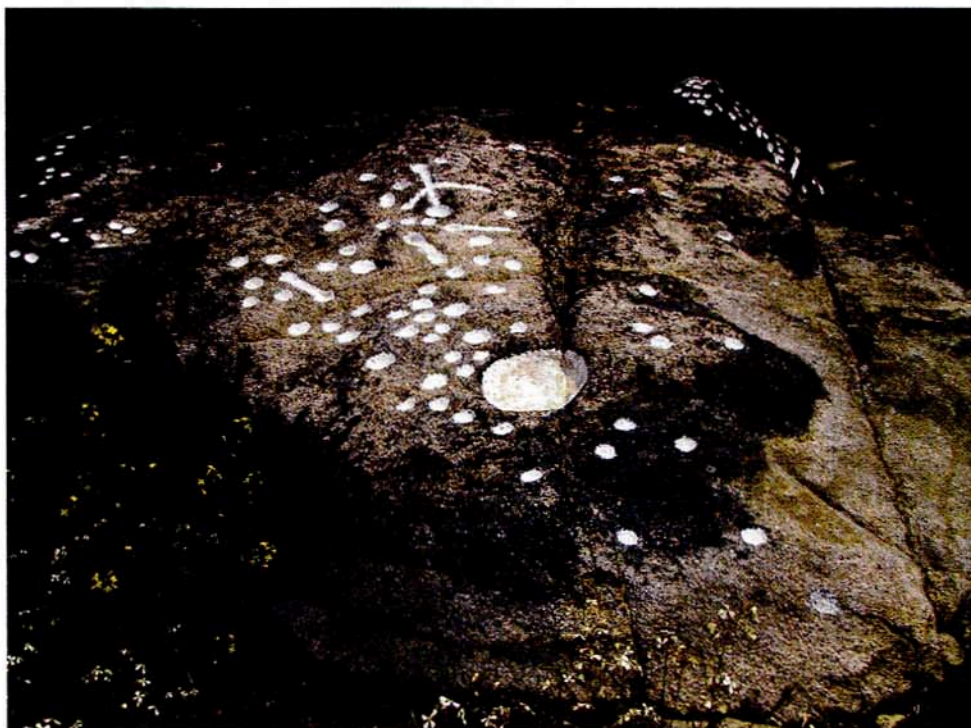


Foto 35 – *Arte rupestre atribuível a finais do Neolítico*



Foto 36 – *Património edificado de Ranhados*